

UNIVERSIDAD: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

NUCLEO DISCIPLINARIO: Educación para la Integración

TITULO DEL TRABAJO: **METAS EDUCATIVAS PARA A GERAÇÃO DO BICENTENÁRIO:  
DAS PROPOSTAS INTERNACIONAIS ÀS POLÍTICAS LOCAIS**

AUTORA: Juliana Matias Faust

PROFESORA ORIENTADORA: Eneida Shiroma

CORREOS ELECTRONICOS DE LOS AUTORES: ju\_faust@hotmail.com

PALABRAS CLAVES: Política Educativa, docente, Organización de Estados Iberoamericanos

PALAVRAS-CHAVE: Política educacional, docente, Organização dos Estados Iberoamericanos

UNIVERSIDAD: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

NUCLEO DISCIPLINARIO: Educación para la Integración

CORREOS ELECTRONICOS DE LOS AUTORES: ju\_faust@hotmail.com

PALABRAS CLAVES: Política Educativa, docente, Organización de Estados Iberoamericanos

PALAVRAS-CHAVE: Política educacional, docente, Organização dos Estados Iberoamericanos

## Introdução

Em 1990, os ministros da Educação reunidos em Jomtien, assinaram a Declaração Mundial sobre a “Educação para Todos” firmando o compromisso dos governos em assegurar o direito à educação a todos. As metas de Jomtien apenas parcialmente atingidas foram atualizadas em 2000, na reunião de Dakar quando a Cúpula Mundial de Educação se comprometeu com: atenção à primeira infância, acesso ao ensino primário de boa qualidade, educação de jovens e adultos, diminuição da disparidade entre gêneros na Educação Básica e melhoria dos aspectos qualitativos da educação para conseguir resultados de aprendizagem “mensuráveis” (OEI, 2008).

Passados oito anos, na XVIII Conferência Iberoamericana de Educação, realizada em El Salvador em maio de 2008, novas metas foram estabelecidas para serem alcançadas até a comemoração dos bicentenários da Independência dos países latino americanos. De acordo com o documento, os países participantes firmaram um compromisso com a melhora da educação, expondo 11 metas para a educação na região:

- 1ª Reforzar y ampliar la participación de la sociedad en la acción educadora.*
- 2ª Incrementar las oportunidades y la atención educativa a la diversidad de necesidades del alumnado.*
- 3ª Aumentar la oferta de educación inicial y potenciar su carácter educativo.*
- 4ª Universalizar la educación primaria y la secundaria básica y mejorar su calidad.*
- 5ª Ofrecer un currículo significativo que asegure la adquisición de las competencias básicas para el desarrollo personal y el ejercicio de la ciudadanía democrática.*
- 6ª Incrementar la participación de los jóvenes en la educación secundaria superior, en la técnico profesional y en la universitaria.*
- 7ª Favorecer la conexión entre la educación y el empleo a través de la educación técnico profesional.*
- 8ª Ofrecer a todas las personas oportunidades de educación a lo largo de toda la vida.*
- 9ª Fortalecer la profesión docente.*
- 10ª Ampliar el espacio iberoamericano del conocimiento y fortalecer la investigación científica.*
- 11ª Invertir más e invertir mejor.” (OEI, 2008, p. 105).*

Estas metas gerais foram desdobradas em específicas. As metas específicas referentes ao docente, nosso foco neste trabalho, são: *mejorar la formación inicial del profesorado de primaria y secundaria e favorecer la capacitación continua y el desarrollo de la carrera profesional docente*. Além da formação, a OEI destaca a importância de se criar procedimentos para acompanhar e avaliar o atingimento das metas nos países e considera fundamental construir instrumentos de avaliação que permitam a todos saberem em que medidas estão ocorrendo os avanços na educação. Defende um sistema de indicadores com definições comuns aos países, porém adaptados à diversidade de situações de cada um: informes periódicos que evidenciem o nível de desenvolvimento das metas bienais, apontando indicadores dos avanços, informes específicos e informes conjuntos que façam relação com os avanços registrados na Metas Educativas 2021 com outros projetos internacionais, “*son diversos los organismos internacionales (UNESCO, OCDE, OEI, CAB, UNICEF, BID, Banco Mundial, entre outros) que publican y difunden informes que incluyen datos de los países iberoamericanos*” (OEI, 2008, p.150). A OEI propõe a criação de uma comissão composta por representantes de todos os países ibero-americanos e das organizações multilaterais para ser a responsável pelo acompanhamento das atividades com fim no cumprimento das metas.

### **Objetivos**

Esta pesquisa procura identificar propostas relativas aos docentes nos documentos internacionais que definem metas educativas para a geração dos bicentenários na América Latina e suas repercussões no projeto “Todos pela Educação” e, por consequência, no Plano de Desenvolvimento da Educação em curso no Brasil.

### **Materiais e métodos**

A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica e documental. Pesquisamos documentos nacionais, do movimento “*Todos pela Educação*” e o *Plano de Desenvolvimento da Educação*, e internacionais, especialmente os da OEI e da UNESCO, obtidos na Internet, além de textos de autores que discutem o tema. Analisamos as metas para a educação propostas nas Conferências Mundiais para a Educação de Jomtien (1990), e do Fórum Mundial em Dakar (2000) cotejando-as com as *Metas Educativas 2021* publicadas pela OEI (2008) e as do movimento “*Todos pela Educação*” no Brasil (2008).

Identificamos alguns indicadores de níveis de realização das metas propostos aos países latinos americanos: número de programas que envolvam diferentes setores da sociedade; porcentagem de famílias com dificuldades sócio-econômicas que recebem assistência financeira para manter seus filhos na escola; das crianças matriculadas na educação infantil, primária e secundária; de educadores que têm título específico de

formação inicial; de escolas que participam de sistemas de avaliação; de alunos com níveis satisfatórios de realização de competências básicas nas provas nacionais e internacionais; de titulações de formação inicial do professor com credenciamento oficial de sua qualidade; de professores de primário com formação especializada em nível superior e porcentagem de escolas e professores que participam de programas de formação continuada e inovação educativa, aprovação um plano para financiamento em cada país, avaliando e adaptando-o a cada três anos. Os documentos internacionais deixam claras as metas, mas não os meios para se chegar a elas e o papel efetivo de cada segmento social.

### **Resultados: o docente nas propostas educativas para a geração dos bicentenários**

A OEI afirma que o apoio dos docentes é fundamental para o sucesso das reformas educativas. Argumenta que não é possível exigir um desenvolvimento profissional dos docentes sem que se dê condição para isso. Apresentam algumas estratégias de apoio a eles como facilitar a expressão de suas competências pessoais, apoiar seus projetos inovadores e reforçar o reconhecimento social da profissão docente (OEI, 2008, p.92). Num primeiro momento, estas informações parecem apontar para uma valorização profissional do docente. Contudo, se considerarmos que se trata de pagamento de incentivos e recompensas de acordo com o mérito individual, vemos que esta proposição não contempla todos os professores, tendendo a enfraquecer a união dos profissionais e gerar competição e segmentações entre eles o que, contraditoriamente, poderá prejudicar a categoria docente.

Em 2000, ao analisar os maiores problemas mundiais, a ONU estabeleceu oito Objetivos do Milênio que no Brasil ficaram conhecidos como *8 Jeitos de Mudar o Mundo* (ONU, 2000). Esse documento reporta-se à importância do voluntariado na escola para a realização de uma educação básica de qualidade para todos, explana qual deve ser o comportamento da sociedade civil. Num manual apresenta recomendações como: “Organizar aulas de reforço escolar para estudantes com dificuldades de aprendizagem” e “incentivar a criação e o trabalho voluntário em creches para crianças de 0 a 4 anos”. Desse modo, desmerece a formação especializada e desqualifica o trabalho do professor da Educação Infantil, convoca a sociedade civil para se engajar em ações educativas, supondo que qualquer indivíduo que tenha vontade, pode trabalhar com crianças. Essa medida revela um paradoxo. Por um lado anunciam a preocupação com a profissionalização docente e a valorização do magistério e por outro “recrutam” voluntários sem formação para atuar na docência. Em tese, todos ajudariam “como podem”, mas depois é o professor isoladamente quem será responsabilizado pelo desempenho dos alunos, uma vez que os resultados dos estudantes são usados como indicadores da qualidade do trabalho docente.

## Repercussões das metas internacionais na política nacional

Pesquisas indicam que desde os anos de 1990, o Brasil vive o enxugamento das atribuições de financiamento e oferta da educação pelo aparelho do Estado e a sua focalização nas áreas de planejamento e avaliação de processos (NEVES, 2010, p.84). O sistema educacional implantou sistemas de avaliação padronizados como: Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), Prova Brasil, Provinha Brasil, Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). De acordo com Neves (2010, p. 78) os neoliberais usam algumas palavras como “cidadania”, “empreendedorismo”, “responsabilidade social”, repetidas vezes, incansavelmente, para convencer as pessoas, pelos vários meios de comunicação, na intenção de que esses conceitos sejam apropriados pelo senso comum, formando uma nova mentalidade na sociedade. Para a autora,

“a construção de uma nova sociabilidade pautada na participação como colaboração de todos em prol de uma harmonia social vem-se dando sob a batuta do Estado educador em duas frentes fundamentais: a educação política, difundida pela crescente atuação empresarial no país, e a educação escolar das novas gerações de trabalhadores e cidadãos brasileiros” (NEVES, 2010, p.86).

Nessa concepção, em 2003 o Governo Federal criou o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) para promover a participação de representantes da sociedade civil nas ações e decisões do Estado sobre políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico e social. Cabe ressaltar a expressiva presença de empresários na composição deste órgão (NEVES, 2010).

O Estado, nesse contexto, aparece como investidor ao lado de investidores privados que estariam fazendo sua parte em relação à responsabilidade social. A meta de melhoria da educação é construída no seio dos organismos multilaterais como a Unesco, e incorporada pelo Estado (OEI, 2008, p. 147). Martins (2009) explica que o projeto neoliberal da Terceira Via teve grande repercussão no Estado brasileiro, pois os empresários utilizaram como estratégia a ocupação direta de cargos no poder Executivo, de forma que por dentro da aparelhagem estatal, defendem os interesses de uma hegemonia burguesa. Além desse artifício, líderes empresariais mantêm fortes relações pessoais com autoridades governamentais. Podemos perceber este forte vínculo entre empresários e Estado ao analisarmos o Conselho de governança do movimento TpE no Brasil, encontramos os representantes dos seguintes grupos: Instituto Gerdau; Grupo Pão de Açúcar; Fundação Itaú Social; Fundação Bradesco; SESC-SP; Grupo Banco Real; Fundação Ioschpe; Fundação Roberto Marinho; Instituto Brasil voluntário; Instituto Ethos; Fundação Ayrton Senna, Conselho Nacional de Educação; Cia Suzano; Fundação Educar DPaschoal; Grupo

IBOPE; Centro de Voluntariado de SP, Faça Parte/ Instituto Brasil Voluntário; Instituto UNIBANCO (SHIROMA, 2010 p. 33).

Segundo Martins (2008), o projeto “Todos pela Educação”, teve início em 2005 no Brasil, por iniciativa de empresários, intelectuais e organizações do capital com o intuito de assegurar a posição da classe dominante e a proposta desta para os problemas educacionais do país. O TpE se define como um “movimento de diversos setores da sociedade que tem como objetivo efetivar o direito de todos os brasileiros a uma educação de qualidade” (TpE, 2008). Em 2006, o movimento foi lançado oficialmente apresentando ao público, cinco metas a serem cumpridas até 2022, ano do bicentenário da independência:

- Meta 1. Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola.
- Meta 2. Toda a criança plenamente alfabetizada até os 8 anos.
- Meta 3. Todo aluno com aprendizado adequado a sua série.
- Meta 4. Todo jovem com o Ensino Médio concluído até os 19 anos.
- Meta 5. Investimento em Educação ampliado e bem gerido. (TpE, 2008).

Visando a efetivação dessas metas, o documento apresenta 10 mensagens a serem utilizadas como guias pelos meios de comunicação e líderes da sociedade, para formar uma nova consciência “cívica” na sociedade.

- 1. Educação para todos e todos pela educação
- 2. Todos têm direito à educação
- 3. Educação é mais que vaga na escola
- 4. Educação começa em casa
- 5. Todos os projetos têm de melhorar a escola
- 6. Toda criança é capaz de aprender
- 7. Escola é o lugar onde o aluno aprende
- 8. Valorizar o professor é apoiá-lo para ensinar**
- 9. Gestão do aprendizado é papel do diretor
- 10. Todas as escolas com foco em todos os alunos (TpE 2006, p. 4, sem grifos no original).

Ao referir-se à valorização do professor, o documento afirma que as reformas educacionais anteriores fracassaram devido a pouca importância dada aos professores, sendo que estes seriam fundamentais para a transformação da realidade educacional no país. Por isso, propõe atacar o problema educacional “de baixo pra cima” e “de fora pra dentro”, em uma mobilização geral da sociedade, já que todos teriam interesse na melhora da qualidade da educação. O documento alega que essa iniciativa empresarial constitui um “movimento social” pela educação (TpE, 2006, p. 25), ou seja, este grupo de empresários se considera um movimento social. Afirmam, sem nenhuma fundamentação, que os professores “sentem-se sozinhos”, sofrem de “abandono estrutural” e resistem às reformas “vindas dos gabinetes do poder”.

Para valorizar o professor, os empresários propõem: apoio para que alcancem as metas de desempenho, elevem o índice de aprovação de suas turmas e que tenham suporte para superar seu desempenho e alcançar melhores resultados a cada ano. O documento fala pelo professor, diz que ele “sente necessidade de apoio, supervisão, orientação, desafio” e recomenda capacitação com foco no “alcance de resultados”. Cnicamente afirmam que “o professor tem o ‘direito de se sentir responsável’ e de ‘ser responsabilizado’ pelo desempenho de sua turma” (TpE, 2008, p. 26). Ainda, atribuem à família e à escola a tarefa de oferecer esse apoio, argumentando que “uma relação de solidariedade e respeito entre a família e a escola dará apoio ao professor para que conduza cada aluno ao sucesso” (TpE, 2006, p.27). O professor pressionado a melhorar os indicadores de desempenho dos alunos fica a mercê da solidariedade das famílias e dos empresários.

As metas definidas pelo “Todos pela Educação” foram incorporadas no Plano Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação, sendo que sua adesão pelos municípios e estados é voluntária. O Decreto nº 6094 de 24 de abril de 2007 dispõe sobre a

“implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica” (MEC, 2007).

A seguir, destacamos algumas passagens do referido Decreto que expressam as influências internacionais na política nacional: foco na aprendizagem; resultados a serem atingidos; alfabetização das crianças avaliada por exames periódicos; programas de formação inicial e continuada para professores em regime de colaboração; implementação de plano de carreira; cargos e salários baseado no mérito; formação e avaliação de desempenho; acompanhamento das dificuldades do professor por um núcleo pedagógico; envolvimento das famílias dos educandos com a manutenção da escola e o monitoramento das ações e consecuições das metas do compromisso; formação de um comitê local do Compromisso, com representantes de empresários e trabalhadores, sociedade civil, Ministério Público, Conselho Tutelar e dirigentes do sistema educacional público; utilização do IDEB como indicador objetivo para a verificação do cumprimento das metas; criação de um Comitê Nacional do compromisso TpE, responsável por criar estratégias de mobilização pública e privada em prol do movimento (MEC, 2007).

Essa mobilização é estimulada em vários setores. Cumpre observar que representantes de empresas integrantes do Conselho de governança do *Todos pela Educação* também estão presentes no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)

criado pelo Governo Federal. Empresários e governo formam redes que influenciam a formulação de políticas públicas.

A construção de redes de organizações públicas e privadas viabilizam “a passagem do governo (poder do Estado por si mesmo) à governança (uma configuração mais ampla que contenha os Estados e elementos-chave da sociedade civil)” (HARVEY, 2008 *apud* NEVES, 2010, p.71) tão incentivada pelas políticas neoliberais impulsionadas pela Reforma do Estado brasileiro a partir de 1995, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

### **Discussão e conclusões**

Recomendações encontradas primeiramente no documento de Jomtien em 1990, em Dakar em 2000, Objetivos do Milênio, posteriormente em 2008, na XVIII Conferência Ibero-americana de Educação realizada em El Salvador, aparecem no Brasil como metas para o bicentenário da independência, difundidas pelo movimento TpE. Tais metas foram incorporadas pelo MEC ao Plano de Desenvolvimento da Educação. Ao analisarmos esses documentos, verificamos alguns elementos comuns a todos eles que mostram a influência dos Organismos Multilaterais nas políticas educacionais para a América Latina e mais especificamente para o Brasil: a ênfase na Educação Infantil, aumento dos níveis de alfabetização, desenvolvimento das chamadas competências básicas (ler, escrever, calcular), responsabilização e participação da sociedade civil nas ações educacionais, educação técnico-profissional como elemento de integração da educação com o emprego, valorização o professor conforme suas capacidades individuais, apoio às atividades de formação inicial e continuada do professor, ênfase ao desenvolvimento da carreira docente. A política educacional brasileira prioriza as metas a serem cumpridas até o bicentenário da independência, mecanismos de combate à repetência escolar, envolvimento dos pais e implantação de sistemas/ instrumentos de avaliação dos alunos para avaliar a qualidade do ensino.

Com essa pesquisa constatamos o interesse crescente dos empresários pela educação dos trabalhadores de modo a influenciar na definição das políticas e implantação de programas e ações educacionais. Os documentos revelam que não se trata apenas de formar uma força de trabalho qualificada, mas também difundir uma nova concepção de mundo, um novo senso comum e uma nova sociabilidade. Essas “metas” não ficam claramente explicitadas nos documentos. Para atingi-las, desenvolvem mecanismos de controle sobre os professores que formam uma das mais numerosas e organizadas categorias de funcionários públicos na maioria dos países latino-americanos e poderiam constituir um obstáculo para as reformas propostas pelo capitalismo neoliberal.

A aparente preocupação com a formação docente oculta a intenção de monitorar a formação e atuação do professor funcional ao sistema (EVANGELISTA, 2009, p.6). Sendo

os professores também líderes e formadores de opinião, estão inclusos no projeto de formação dessa nova sociabilidade que visa adequar as próximas gerações ao novo perfil de trabalhador flexível demandado pelo capitalismo contemporâneo.

É importante ressaltar que esses interesses não são apenas locais, são disseminados mundialmente pelos Organismos Multilaterais. Essas metas, recomendações e políticas educacionais são difundidas estrategicamente pela mídia, de modo que pareçam surgir de demandas locais, porém, comparando documentos internacionais observamos que essas medidas são semelhantes para todos os países periféricos. As reformas educacionais em curso em vários países neste início de século

“contribuem na formação de novos intelectuais de tipo americano quando viabilizam um maior estreitamento entre educação escolar e produção; ampliam e diversificam as oportunidades de certificação escolar, redefinem patamares mínimos para o exercício de funções intelectuais; possibilitam a materialização de nova cultura cívica, baseada em um associativismo colaboracionista; ou mesmo quando desenvolvem valores que impulsionam soluções individualistas ou grupistas na resolução de questões relativas ao trabalho e a vida” (Neves; Pronko, 2008 *apud* NEVES, 2010, p.36)

No que diz respeito ao professor, estimulam a formação do profissional com a visão funcional aos preceitos do capital, o individualismo e a responsabilidade sobre o desempenho do aluno. Nos documentos analisados, a educação aparece historicamente como a responsável pelas desigualdades sociais ao mesmo tempo em que seria a única solução para esse problema, porém, contraditoriamente, percebemos nesse trabalho, que a educação está sendo disputada por grupos que planejam utilizá-la como ferramenta para a efetivação de um projeto histórico de sociedade. É importante destacar que, conforme nossas análises, as metas educativas para a geração do bicentenário da independência foram definidas visando a restabelecer a hegemonia burguesa, de forma que não considerou a possibilidade de participação dos docentes, assim como de educandos e pais. Esses aparecem em cena somente para pôr em prática o modelo já estabelecido, e ainda são levados a acreditar que se não fizerem a “sua parte”, ou seja, trabalhar de forma voluntária, serão vistos como pessoas que não se preocupam com o futuro de seus filhos, que não são comprometidos com a melhoria da educação. Essa suposta “cidadania cívica” atua em prol da reprodução dos valores e relações capitalistas.

Nos documentos pesquisados, o professor é caricaturizado ora como vítima do descaso do Governo, ora como indivíduo responsável que deve gerenciar o seu desenvolvimento profissional e zelar pelo desempenho de seus alunos. O discurso do TpE é ambíguo e utiliza frases feitas, de fácil aceitação - “educação para todos”, “educação de qualidade” - visando construir novos consensos e formar uma nova consciência social na juventude dos bicentenários. Mais do que propor estratégias para realizar as metas

educativas, esses documentos difundem o ideário do neoliberalismo de Terceira Via por toda a América Latina.

Mesmo diante desta realidade, uma sociedade capitalista imersa nas desigualdades sociais, em que a educação não é valorizada como meio de emancipação dos trabalhadores, podemos e devemos refletir, planejar e agir em prol de uma sociedade diferente. Por mais que a hegemonia burguesa busque a homogeneização das idéias difundindo-as por todos os meios (televisão, líderes comunitários, documentos, revistas, formação, etc), somos capazes de questionar e agir buscando alternativas para a construção de uma sociedade que considere a história do indivíduo e contribua para a constituição de uma contra hegemonia que viabilize outro projeto histórico, o dos trabalhadores.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2007). **Decreto nº 6094 de 24 de abril de 2007**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao\\_047.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_047.pdf). Acesso em: 02/07/2010.

EVANGELISTA, Olinda (2010). **Política de formação docente no Governo Lula (2002-2010)**. Florianópolis, SC. Mimeo.

MARTINS. André Silva (2009). **A direita para o social**. A educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo. Juiz de fora: UFJF.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.) (2010) **Direita para o social, esquerda para o capital**. São Paulo: Xamã.

OEI (2008). **Metas educativas 2021: la educación que queremos para la aeración de los bicentenarios**. Disponível em: <http://www.oei.es/metas2021/indice.htm>. Acesso em: 07/07/2010.

ONU (2000). OITO JEITOS DE MUDAR O MUNDO. **O voluntariado e os objetivos do milênio da ONU**. Disponível em <http://www.objetivosdomilenio.org.br/index.asp>. Acesso em: 24/06/2010.

TODOS PELA EDUCAÇÃO (2008). **Quem somos**. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/QuemSomos.aspx>. Acesso em: 08/07/2010.

TODOS PELA EDUCAÇÃO (2006). **Rumo a 2022**. Disponível em: <http://www.smecc.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-legislacao/EDUCACIONAL/NACIONAL/todos%20pela%20educacao%20rumo%20a%202022.pdf>. Acesso em: 01/07/2010.

UNESCO (1990) **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**. Jomtien: UNESCO. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>. Acesso em: 01/06/2010.

UNESCO (2000) **O Marco de Ação de Dakar Educação Para Todos: Atingindo nossos Compromissos Coletivos. Dakar: UNESCO**. Disponível em: [http://www.oei.es/quipu/marco\\_dakar\\_portugues.pdf](http://www.oei.es/quipu/marco_dakar_portugues.pdf). Acesso em: 05/06/2010

SHIROMA, Eneida O. (2010) **Do global ao local: redes sociais, reforma educativa e gestão do trabalho docente**. Relatório de Pesquisa. Florianópolis: UFSC.